

Seção [1] Índice

Seção [1] Índice

Seção [2] O que é Propriedade Intelectual

[2] § 1. Propriedade Industrial

[2] § 2. Novas formas de Propriedade Intelectual

Seção [3] A legislação em vigor

[3] § 1. Propriedade Industrial

[3] § 1. 1. Lei da Propriedade Industrial ou Código da Propriedade Industrial?

[3] § 1. 2. As raízes históricas da legislação brasileira de propriedade industrial

[3] § 1. 3. Proteção das marcas

[3] § 1. 4. O período 1882-1996

[3] § 1.4. (A) Uma História Legislativa da Propriedade Industrial

[3] § 1. 5. Origem do projeto da Lei 9.279/96

[3] § 2. Direitos autorais

[3] § 2. 1. Raízes históricas da legislação autoral

[3] § 3. A Lei de Software

[3] § 3. 1. Raízes históricas da proteção

[3] § 4. A lei de Cultivares

[3] § 4. 1. Raízes históricas da proteção

[3] § 5. Proteção de informações confidenciais

[3] § 6. Topografia de semicondutores

[3] § 6. 1. Bibliografia: uma história da Propriedade Intelectual

Seção [4] Do bem incorpóreo à propriedade intelectual

[4] § 1. O sistema de produção de criações intelectuais

[4] § 1. 1. A primeira de todas as propriedades intelectuais

[4] § 1. 2. Os pressupostos da criação intelectual: originador e criação

[4] § 1. 3. O estatuto jurídico do originador

[4] § 1. 4. O estatuto jurídico das criações não objetivizadas

[4] § 1. 5. A manutenção das idéias em estado não apropriável

[4] § 1. 6. A noção de “bem”, como objeto do direito

[4] § 1. 7. O bem intangível, incorpóreo ou imaterial

[4] § 1. 8. Modalidades de bens intangíveis

[4] § 1. 9. A oposição corpus mysticum e corpus mechanicum

[4] § 1. 10. Jurisprudência – Corpus mysticum

[4] § 1. 11. A imaterialidade do baço

[4] § 2. O bem imaterial antes da propriedade

[4] § 2. 1. A autonomia da criação em face do criador

[4] § 2. 2. Hipóteses do bem incorpóreo fora da propriedade

[4] § 2. 3. Constituição de bens incorpóreos relativos às criações intelectuais

[4] § 2. 4. Especificação como formação de bens incorpóreos

Especificação sobre matéria intelectual anterior

A tradição romanística da especificação

A especificação no Código Civil

Especificação e as normas especiais da Propriedade Intelectual

[4] § 2. 5. A ocupação como forma de constituição do bem incorpóreo

Seção [5] Como se constitui a Propriedade Intelectual

[5] § 1. A historicidade da transformação do bem incorpóreo em propriedade concorrencial

- [5] § 1. 1. Criação intelectual fora da economia de mercado
 - [5] § 1. 2. A produção intelectual sem indutores artificiais
 - [5] § 1. 3. Uma noção essencial: a Propriedade intelectual é apenas uma das formas de incentivo à produção intelectual
 - [5] § 1. 4. Criação intelectual voltada para o mercado
 - [5] § 1. 5. O remédio e seus efeitos secundários
 - [5] § 2. Como se constitui a Propriedade Intelectual
 - [5] § 2. 1. Propriedade concorrencial
 - [5] § 2. 2. Por que dizer-se “propriedade”?
 - [5] § 2. 3. Propriedade e função
 - [5] § 2. 4. Propriedade como exclusividade
 - [5] § 2. 5. Apropriação natural e apropriação por operação de lei
 - [5] § 2. 6. Direitos de exclusiva
 - [5] § 2. 7. Da propriedade ou impropriedade do uso da expressão “propriedade”
 - [5] § 2. 8. Mas é indispensável usar elementos conceituais da propriedade corporal
 - [5] § 2. 9. Direitos de exclusiva e expectativas de comportamento
 - [5] § 3. Como a exclusiva se apõe ao bem incorpóreo
 - [5] § 3. 1. Limites à sobreposição de direitos de propriedade intelectual
 - [5] § 4. A eminência da produção de acesso livre: o domínio público
 - [5] § 4. 1. A controvérsia do domínio público
 - [5] § 4. 2. Por que domínio público?
 - [5] § 4. 3. Domínio público e fundo comum
 - [5] § 4. 4. A questão econômica do domínio público
 - [5] § 4. 5. Análise do domínio público
 - [5] § 4. 6. Conteúdo do domínio público
 - [5] § 4. 7. Res communis omnium
 - [5] § 4. 8. O interesse de evitar o domínio público
 - [5] § 4. 9. Os meios de neutralizar o domínio público
 - [5] § 5. Propriedade ou monopólio?
 - [5] § 5. 1. Direitos exclusivos como monopólios
 - [5] § 5. 2. Monopólio?
 - [5] § 5. 3. A liberdade e sua restrição
 - [5] § 5. 4. O pólo da propriedade
 - [5] § 6. A propriedade sobre a coisa e o controle jurídico da oportunidade
 - [5] § 7. A Propriedade Imaterial: a imaterialidade da reprodução
 - [5] § 8. Da natureza jurídica da Propriedade Intelectual
 - [5] § 8. 1. Jurisprudência – Supremo Tribunal Federal
- Seção [6] A criação intelectual como objeto de um direito de clientela
- [6] § 1. A noção de direitos de clientela
 - [6] § 1. 1. Organização e oportunidade
 - [6] § 1. 2. Direitos exclusivos e não exclusivos de clientela
 - [6] § 1. 3. Direitos de exclusiva da propriedade intelectual
 - [6] § 1. 4. Monopólios legais
 - [6] § 1. 5. Direito de exclusiva sem propriedade intelectual: fundo de comércio em renovatória
 - [6] § 1. 6. Direitos de clientela sem exclusividade: a universalidade da cessão de estabelecimento
 - [6] § 1. 7. Direitos não exclusivos sobre criações tecnológicas: Know how e outros segredos..
 - [6] § 1. 8. Signos distintivos sem direitos de exclusiva
 - [6] § 2. O bem-oportunidade: a intangibilidade do lucro futuro

Tratado da Propriedade Intelectual

- [6] § 2. 1. Uma propriedade sobre o valor de troca
- [6] § 2. 2. Jurisprudência: propriedade sobre o valor de troca
- [6] § 2. 3. Um conceito medieval
- [6] § 2. 4. Jurisprudência: sem expectativa de lucro futuro, não há bem imaterial
- [6] § 2. 5. Jurisprudência: Capital financeiro e capital imaterial
- [6] § 3. A visão clássica do Direito Comercial: Aviamento, clientela e fundo de comércio
- [6] § 3. 1. Bigodes & criatividade
- [6] § 3. 2. Jurisprudência: idéia organizativa
- [6] § 3. 3. O fundo de comércio
- [6] § 3. 4. Jurisprudência: Fundo de Comércio e clientela
- [6] § 3. 5. Jurisprudência: achalandage
- [6] § 3. 6. O comércio de aviamento
- [6] § 3. 7. Jurisprudência: elemento material e imaterial do aviamento. O que prevalece?
- [6] § 3. 8. Jurisprudência: cessão de aviamento
- [6] § 3. 9. Jurisprudência: locação de aviamento
- [6] § 3. 10. Um bem inconspícuo
- [6] § 3. 11. Miragem & futuro
- [6] § 4. O bem-oportunidade
- [6] § 5. Valor econômico dos bens oportunidade
- [6] § 5. 1. Classificação contábil dos bens imateriais titulados
- [6] § 5. 2. Ativação dos bens gerados pela própria empresa
- [6] § 5. 3. Ativação de know how e outros valores imateriais não titulados
- [6] § 5. 4. Ativação dos nomes empresariais
- [6] § 6. Valor indenizável das violações da Propriedade Intelectual
- [6] § 6. 1. Por uma visão imparcial das perdas e danos em Propriedade Industrial
- [6] § 6. 2. Os remédios acessórios à violação da exclusiva
- [6] § 6. 3. A adequação dos remédios à função social dos direitos
- [6] § 6. 4. A indenização punitiva de danos materiais no nosso direito
- [6] § 6. 5. Do que dissemos em obra anterior
- [6] § 6. 6. Segurança jurídica, e critérios putativos de dano
- [6] § 6. 7. Exige-se comprovação de dano para coibir o ilícito concorrencial?
- [6] § 6. 8. Da inaceitabilidade do dano material-fictício
- [6] § 6. 9. O caso especial de produtos de alto luxo
- [6] § 6. 10. Da necessária existência de dano moral para a devida indenização
- [6] § 6. 11. A pessoa jurídica e a honra objetiva
- [6] § 6. 12. A reparação da lesão à honra objetiva presume dano objetivo
- [6] § 6. 13. Razões de contenção de danos morais no âmbito da propriedade industrial
- [6] § 6. 14. Da função punitiva da indenizabilidade moral
- [6] § 6. 15. Da dupla natureza do nome empresarial
- [6] § 6. 16. Da mensuração do dano
- [6] § 6. 17. Pressupostos legais da indenização
- [6] § 6. 18. Lucro cessante indenizável
- [6] § 6.18. (A) O método Ariston
- [6] § 6. 19. O critério do enriquecimento sem causa
- [6] § 6. 20. O royalty ficto
- [6] § 6. 21. Da eleição do critério pertinente
- [6] § 6. 22. O critério mais adequado
- [6] § 6. 23. As rotas de cálculo de composição patrimonial

- [6] § 6. 24. Primeira rota: indenização do dano emergente e lucro cessante
 - [6] § 6.24. (A) Dano emergente
 - [6] § 6. 25. Lucro cessante
 - [6] § 6. 26. Segunda rota: enriquecimento sem causa
 - [6] § 6.26. (A) Passo um: Determinação da massa contrafeita
 - [6] § 6.26. (B) Apuração dos valores pertinentes à massa contrafeita fixada
 - [6] § 6. 27. Escolha entre os critérios de indenização ou enriquecimento
 - [6] § 6. 28. A modalidade residual
 - [6] § 6. 29. Indenizabilidade fora do CPI/96
 - [6] § 6. 30. Jurisprudência: só o dano é indenizável, não a simples contrafação
 - [6] § 6. 31. Jurisprudência: o valor o indenizável não é o de uso, mas o de troca,
- Seção [7] Uma economia da Propriedade Intelectual
- [7] § 1. Bens e interesses públicos
 - [7] § 1. 1. Market failure e licenças compulsórias
- Seção [8] Propriedade intelectual e direito comum.
- [8] § 1. Os dois estamentos da propriedade intelectual
 - [8] § 1. 1. Propriedade concorrencial
 - [8] § 1. 2. Parecer: aplicação da doutrina do condomínio
 - [8] § 1. 3. O condomínio de marcas
 - [8] § 1. 4. Jurisprudência: co-titularidade
 - [8] § 1. 5. Jurisprudência: aplicação do direito comum ao corpus mechanicum
 - [8] § 1. 6. A questão da posse ad interdicta
 - [8] § 1. 7. Jurisprudência: A controvérsia da Posse ad interdicta
 - [8] § 1. 8. Uso de bens da Propriedade Intelectual como garantia
 - [8] § 1. 9. Patentes
 - [8] § 1. 10. Marcas
 - [8] § 1. 11. Cultivares
 - [8] § 1. 12. Direitos Autorais
 - [8] § 1. 13. Jurisprudência: Penhora
 - [8] § 2. Propriedade Intelectual como jus specialis
 - [8] § 2. 1. Bibliografia específica: Direito de Propriedade